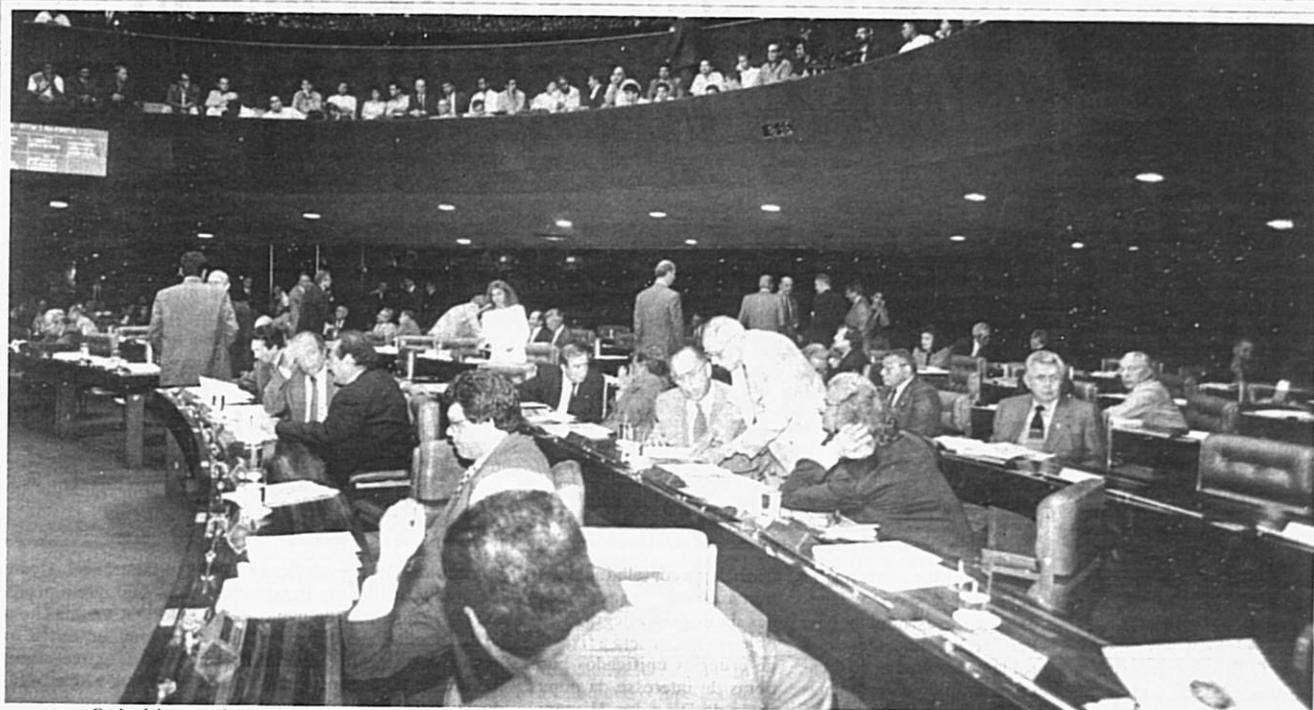


# JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano IV - Nº 628 - Brasília, quinta-feira, 29 de janeiro de 1998



O plenário esteve lotado durante toda a sessão de ontem para votação das matérias da pauta. De 81 senadores, 80 registraram presença no painel eletrônico

## CAE discute a lavagem de dinheiro

Projeto de lei entra na pauta da reunião da comissão, hoje, às 12h.  
Página 4

## Senado aprova rádio comunitária e região metropolitana do DF

*Diversos senadores debateram as duas matérias, que serão encaminhadas à sanção. Programa de desenvolvimento beneficiará Brasília, cidades-satélites, 19 municípios de Goiás e dois de Minas*



## Pelé debate lei nas comissões

A chamada Lei Pelé foi defendida ontem pelo ministro extraordinário dos Esportes, Edson Arantes do Nascimento, em reunião conjunta das comissões de Justiça, de

Assuntos Sociais e de Educação. Pelé também esteve com o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, a quem pediu pressa na votação da lei. Página 5

O Senado aprovou sem emendas, às 19h40 de ontem, e vai encaminhar à sanção presidencial projeto de lei que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária. As rádios comunitárias são emissoras operadas em baixa potência e cobertura restrita, outorgadas a fundações e associações. Foi aprovado também projeto de lei complementar que autoriza o governo fede-

ral a criar a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno. Esta espécie de região metropolitana englobará Brasília e suas cidades-satélites, mais 19 municípios de Goiás e dois de Minas Gerais. A proposta, de autoria dos senadores José Roberto Arruda e Iris Rezende (atual ministro da Justiça), recebeu 74 votos favoráveis. Págs. 2 e 3

**CCJ começa a apreciar direitos autorais**

PÁGINA 6

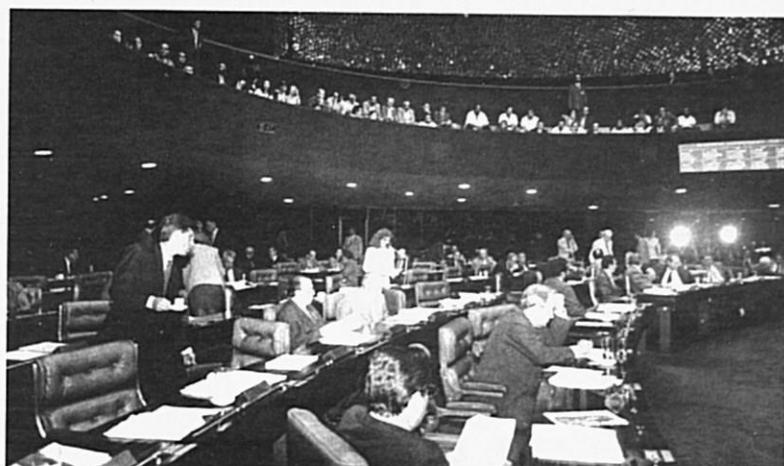
População de quase 3 milhões de pessoas, sendo 1,8 milhão do Distrito Federal e cerca de 1 milhão dos 21 municípios goianos e mineiros, poderá ser beneficiada com programa especial de desenvolvimento

## Senado aprova a Região Integrada do DF

O plenário do Senado aprovou ontem projeto de lei complementar que autoriza o governo federal a criar a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (Ride), que englobará Brasília e suas cidades-satélites, mais 19 municípios de Goiás e dois de Minas Gerais. A proposta, de autoria dos senadores José Roberto Arruda (PSDB-DF) e Iris Rezende (licenciado), recebeu 74 votos favoráveis, nenhum contrário e uma abstenção.

A Região Integrada, equivalente às tradicionais regiões metropolitanas das maiores capitais do país, terá uma população de quase 3 milhões de pessoas, sendo 1,8 milhão do DF e cerca de um milhão dos 21 municípios goianos e mineiros. O projeto autoriza o governo federal a criar um programa especial para desenvolver a região.

Ao defender da tribuna o projeto, o senador José Roberto Arruda explicou que só uma ação conjunta dos governos federal, de Goiás, de Minas, do DF e das prefeituras criará condições



Durante a votação em plenário, 10 senadores defenderam a proposta que cria a região metropolitana

para aumentar a oferta de emprego e de serviços básicos para essas populações. "Para se ter uma idéia dos problemas advindos do crescimento rápido e desordenado da região, foi criada há sete anos ao lado do DF a cidade de Águas Lindas de Goiás, hoje com quase 80 mil habitantes e nem um metro de rede de água e de esgotos", afirmou Arruda.

Conforme o projeto, será enviado à sanção presi-

dencial, um conselho administrativo coordenará as atividades da Região Integrada e o objetivo maior será a fixação de critérios unificados para obras de interesse da população do DF e dos 21 municípios. O financiamento dos projetos de interesse comum será proveniente de verbas da União, dos estados e de empréstimos internos e externos.

José Roberto Arruda observou que hoje há uma grande pressão das populações do

Entorno do DF por serviços oferecidos apenas em Brasília. Disse que mais da metade dos doentes atendidos nos hospitais da capital federal moram nas cidades próximas do Distrito Federal. Ficou acertado entre os senadores do DF, Goiás e Minas Gerais que um novo projeto ampliará o número de municípios integrantes da Região Integrada. A reivindicação foi apresentada pelos senadores Francelino Pereira (PFL-MG) e Júnia Marise (PDT-MG).

O relator da proposta foi o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), que apresentou

### Painel registrou 80 presenças

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, manifestou, durante as votações da tarde, satisfação pela maciça presença de senadores em plenário. Dos 81 senadores, 80 registraram ontem sua presença no painel eletrônico.

- A presença de 80 senadores mostra o interesse do Senado em trabalhar pelo país - afirmou.

parecer favorável. Alcântara destacou que o projeto é autorizativo, mas houve negociações entre os senadores e o governo federal para que a Região Integrada não fique apenas no papel. Defenderam o projeto durante a votação os senadores Mauro Miranda (PMDB-GO), Lauro Campos (PT-DF), Otoniel Machado (PMDB-GO), Júnia Marise, Francelino Pereira, José Eduardo Dutra (PT-SE), Leonel Paiva (PFL-DF), Sebastião Rocha (PDT-AP), Odacir Soares (PPB-RO) e Ramez Tebet (PMDB-MS).

## Agenda do Dia

### PRESIDENTE

Senador Antonio Carlos Magalhães

- 10h - Preside Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal  
 16h - Recebe o governador do estado do Tocantins, José Wilson Siqueira Campos  
 17h - Recebe o embaixador da Itália, Michelangelo Jacobucci

### PLENÁRIO

10h - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado  
 Pauta: Quarto dia de discussão em primeiro turno da "PEC nº 41/97, que modifica o regime e dispõe sobre princípios e normas da administração pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas, e custeio de atividades a cargo do Distrito Federal (reforma administrativa); discussão em turno único do "Projeto de Resolução nº 5/98, que autoriza o estado do Rio de Janeiro a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - Bird, no valor de US\$ 250 milhões, destinada ao financiamento do Programa de Reforma do Estado; e votação de emendas da Câmara ao "Projeto de Resolução nº 126/97-CN, que institui o Prêmio Cruz e Souza

### COMISSÕES

12h - Comissão de Assuntos Econômicos  
 Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "Mensagem nº 220/97 (não terminativo), solicitação do governo federal para contratar operação de

crédito externo, com garantia da União, junto ao BID no valor de US\$ 57 milhões, destinada ao financiamento parcial do Programa de Modernização do Poder Executivo Federal; "Ofício nº 9/98 (não terminativo), solicitação do governo do estado do Pará para contratar operação de crédito junto à CEF, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, no valor de R\$ 24,2 milhões, destinada à aquisição de débitos daquele estado; "Mensagem nº 221/97 (não terminativo), solicitação do governo federal para contratar operação de crédito externo no valor de US\$ 155 milhões, junto ao Bird, destinada ao financiamento parcial do Projeto de Suporte à Reforma do Setor de Ciência e Tecnologia; e "PLC nº 66/97 (não terminativo), que dispõe sobre os crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, a prevenção de utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta lei e cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras - Coaf. Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa

### PREVISÃO DE TRABALHOS

### PLENÁRIO

Sexta-feira (30.01.98)

9h - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado  
 Pauta: Quinto e último dia de discussão em primeiro turno da "PEC nº 41/97, que modifica o regime e dispõe sobre princípios e normas da administração pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas, e custeio de atividades a cargo do Distrito Federal (reforma administrativa)

## JORNAL DO SENADO

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães  
 1º Vice-Presidente: Geraldo Melo  
 2º Vice-Presidente: Júnia Marise  
 1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
 2º Secretário: Carlos Patrocínio  
 3º Secretário: Flaviano Melo  
 4º Secretário: Lucídio Portella  
 Suplentes de Secretário: Emilia Fernandes - Lúcio Coelho  
 Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
 Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita  
 Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios  
 Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos  
 Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

www.senado.gov.br

## RÁDIOS COMUNITÁRIAS

## Vai à sanção proposta que regulariza emissoras

## Para Júnia, um basta ao confisco de equipamentos

A senadora Júnia Marise (PDT-MG) destacou ontem a grande responsabilidade do Senado Federal em aprovar a legislação que vai nortear o funcionamento das rádios comunitárias, dando um basta ao fechamento dessas emissoras que, em alguns casos, tiveram seus equipamentos confiscados pela polícia.

Júnia, que falou antes da Ordem do Dia, afirmou que considera de fundamental importância para o país a regulamentação e funcionamento dessas emissoras e entende que o Senado poderia aperfeiçoar o projeto para que "interprete o sentimento de nossas comunidades, cumpra seu papel social e a população possa falar de seus problemas peculiares" - luz, saúde, educação - por meio de suas emissoras comunitárias.

A senadora apresentou três



Júnia: debate com associações

emendas ao projeto de regulamentação das rádios comunitárias, que foi debatido com associações comunitárias e várias entidades, recolhendo as manifestações dos que se empenham na legalização do projeto.

Júnia Marise destacou a importância, em Minas Gerais, da Rádio Favela, localizada na Vila Fátima, que funciona nesse local desde 1981 e que desenvolve um trabalho social dos mais importantes para a comunidade.

## Benedita considera que o texto não é adequado

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ), falando antes da Ordem do Dia, afirmou que, embora apóie a iniciativa em propor a regulamentação das rádios comunitárias, considera que o projeto não é adequado aos objetivos de informação e comunicação das comunidades.

Afirmou que o texto do projeto "está muito aquém do objetivo do governo", e ob-

servou que as emendas que propôs não foram aceitas pelo relator. "A comunidade é plural, tem vários segmentos ideológicos", disse, advertindo que restrições podem vir a ser uma forma de censura prévia e criticou a redução da frequência e potência das emissoras, o que restringe seu alcance. Lamentou que o projeto proíba a participação de patrocinadores que viabilizariam o funcionamento das mesmas.

Em aparte, o senador Ernandes Amorim (PPB-RO) apoiou o discurso de Benedita e lamentou que as emendas apresentadas, inclusive a dele, tenham sido todas rejeitadas. O senador Pedro Simon (PMDB-RS) também se solidarizou com Benedita e criticou a pressa com que o projeto estava tramitando.



Benedita: não às restrições

Por votação simbólica, o plenário do Senado aprovou sem emendas às 19h40 de ontem e vai encaminhar à sanção presidencial projeto de lei da Câmara que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária. São emissoras operadas em baixa potência e cobertura restrita, outorgadas a fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos e sediadas na localidade de prestação do serviço. Elas têm a finalidade de difundir idéias, elementos da cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade.

Pela lei aprovada, essas emissoras deverão também propiciar a integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social; prestar serviços de utilidade pública, integrando-se quando necessário aos serviços de defesa civil; contribuir para o aperfeiçoamento profissional na área de atuação dos jornalistas e radialistas; e permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão.

Autor de quatro emendas ao



José Agripino rejeitou emendas

projeto, o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) disse que desejava aperfeiçoá-lo em benefício da democratização dos meios de comunicação no Brasil. Ele argumentou que, se o projeto fosse aprovado como se encontrava, centenas de emissoras comunitárias seriam fechadas pelo governo federal e, em seu lugar, surgiriam outras de cunho ideológico governamental.

Relator da matéria na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, o senador José Agripino (PFL-RN) rejeitou todas as emendas apresentadas e argumentou que o projeto visava pôr



Sérgio Machado: mais espaço

ordem no setor de radiodifusão comunitária. Ele explicou que essas emissoras são de alcance limitado e baixo custo de manutenção e operação, objetivando simplesmente atender aos interesses da comunidade.

Relator da matéria na Comissão de Educação, o senador Sérgio Machado (PSDB-CE) disse que, num mundo globalizado, as pequenas comunidades ficam sem espaço para discutir os assuntos de seu interesse, situação em que a rádio comunitária significa exatamente um sistema complementar ao convencional.

## Matéria também recebeu críticas

Presidente da Comissão de Educação, o senador Artur da Távola (PSDB-RJ) disse que o Senado estava diante de um projeto, ao mesmo tempo, renovador e pré-histórico. Ele observou que a matéria regulamentava a rádio comunitária no momento em que a evolução dos meios de comunicação aproxima a sociedade brasileira do DVD - digital video disk. "É um fenômeno mundial que a sociedade de massas do passado começa a ser substituída pela sociedade da seletividade", comentou o parlamentar, considerando o projeto de alto alcance, mas ressaltando que ele não é definitivo.

A senadora Júnia Marise defendeu emendas ao projeto, alegando que essa seria uma forma de evitar que "arbitrariedades e ilegalidades continuem acontecendo em nome da falta de regulamentação das rádios

comunitárias". O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que o projeto certamente contribuiria para a democratização dos meios de comunicação.

A senadora Emília Fernandes (PDT-RS) pregou a necessidade de uma profunda reflexão sobre o projeto, visto que o assunto necessita de uma legislação

*Emília Fernandes pregou a necessidade de uma profunda reflexão sobre o projeto, defendendo "critérios sérios"*

que oriente e fixe critérios sérios sobre o que deve ser permitido e estimulado nesse setor. O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) afirmou que o novo projeto beneficiará todas as unidades da Federação que dispõem de rádios comunitárias, visto que se ampliam as chances de elas se aprimorarem.

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) sustentou que o Se-

nado não estava obrigado a votar esse projeto como ele veio da Câmara e defendeu as emendas apresentadas. Ele contestou o argumento de que a matéria devia ser aprovada só para evitar que o texto voltasse para a Câmara. A senadora Benedita da Silva contestou os limites impostos à programação das rádios comunitárias, dizendo que não devia restringir-se aos assuntos da própria comunidade. "O que estamos legislando é um gueto total em relação à comunicação", disse ela.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) insurgiu-se sobretudo contra o fato de o Senado não ter discutido esse assunto com as comunidades. "Por que a urgência urgentíssima? Por que impedir um debate com a presença dos interessados?", questionou o parlamentar, insatisfeito com a pressa com que o Senado votou a matéria. "Juro que não posso entender", disse ele.



Suassuna: serviços básicos

## Senado vota empréstimo para o RJ

O plenário do Senado vota hoje, em sessão marcada para as 10h, projeto de resolução que autoriza o governo do Rio de Janeiro a tomar empréstimo junto ao Banco Mundial, no valor de US\$ 250 milhões, destinado a financiar o programa de reforma do estado.

Conforme o relator do projeto na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Ney Suassuna (PMDB-PB), o programa objetiva concentrar as atividades do estado em serviços básicos, como educação, saúde, segurança e saneamento. Ainda nesta sessão, o plenário apreciará emendas feitas pela Câmara ao projeto de resolução do Congresso que cria o Prêmio Cruz e Souza, destinado a agradecer autores de trabalhos alusivos à comemoração do centenário de morte do poeta catarinense, a ser celebrado em março próximo.

Esta quinta-feira será o quarto dia de discussão, em plenário, da reforma administrativa. Até amanhã, os senadores poderão apresentar emendas à reforma, as quais serão analisadas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde o relator é o senador Romero Jucá (PFL-RR). A votação da reforma administrativa pelo plenário, em primeiro turno, está marcada para o dia 11 de fevereiro.

*Projeto estabelece pena de três a 10 anos de prisão para quem ocultar ou dissimular a origem de produto de crimes previstos em lei*

## CAE discute hoje projeto sobre lavagem de dinheiro

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), presidida pelo senador José Serra (PSDB-SP), reúne-se hoje, excepcionalmente às 12h, para apreciação do projeto de lei da Câmara que dispõe sobre os crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores.

O projeto estabelece pena de reclusão de três a 10 anos, por exemplo, para quem ocultar ou dissimular a origem de direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de crime de tráfico de entorpecentes, terrorismo ou contrabando de armas.

Mensagem do presidente da República solicitando autorização para o governo federal contratar empréstimo junto ao



Serra preside hoje a reunião que apreciará projeto sobre lavagem de dinheiro

Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), no valor de US\$ 155 milhões, de principal, é outro item da pauta da CAE. Essa contratação de crédito externo destina-se ao financiamento parcial do Projeto de SupORTE à Reforma do Setor Ciência e Tecnologia. O relator da matéria é também o senador Levy Dias (PPB-MS).

A CAE vai decidir ainda, entre outras matérias, sobre autorização para empréstimo, no valor de US\$ 57 milhões, de principal, pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para o financiamento parcial da primeira etapa de modernização do Poder Executivo. O senador Beni Veras (PSDB-CE) é o relator na comissão.



Amorim: apelo ao BNDES

## Amorim pede investimento nos pequenos

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) destacou a necessidade de o BNDES investir em novos projetos voltados para os setores produtivos de pequena e média escala na região amazônica. Ele afirmou que priorizar a destinação de recursos a usinas já em funcionamento "nada acrescenta ao mercado de demanda de energia, tão necessária ao desenvolvimento da região".

Amorim afirmou que os investimentos do banco foram dirigidos aos grandes empresários, "que tudo têm e tudo podem", enquanto os pequenos e médios "que geram empregos e movimentam a economia local e regional, esses com nada são beneficiados".

- Precisamos inverter o fluxo desses recursos, e para isso é necessário que o BNDES volte os seus olhos para o pequeno empresário, crie facilidades de acesso aos créditos, e que seus agentes repassadores sejam remunerados com taxas diferenciadas para estimularem investimentos nas pequenas empresas, que, a continuar com essa política, brevemente desaparecerão - advertiu o senador.

Ernandes Amorim também defendeu o desenvolvimento da agricultura na Amazônia, por meio de financiamentos para pequenos e médios produtores para aquisição de máquinas e implementos agrícolas, construção de armazéns, silos e estradas vicinais para o escoamento da produção.

O senador cumprimentou o ministro da Agricultura, Arlindo Porto, por sua visita ao município de Humaitá, no Amazonas, para acompanhar o início das safras de arroz e soja, ao lado do governador Amazoniano Mendes.

## Ademir propõe um terço de mulheres ministras no STF

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) apresentou ontem proposta de emenda constitucional que garante um mínimo de vagas para as mulheres no Supremo Tribunal Federal. Pelo novo critério, o sexo feminino passaria a ter direito a uma nomeação em cada três vagas existentes para ministros do Supremo.

De acordo com o senador, embora o art 5º da Constituição Federal, diga textualmente que "homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações", ele não vê esse direito ser respeitado no âmbito do Supremo Tribunal Federal, onde as mulheres são preteridas na composição do quadro de juristas e onde nunca houve a participação de uma única mulher.

Defendendo a efetiva participação feminina nos quadros institucionais do país, Ademir acredita que é indis-



Ademir: não se justifica que mulheres fiquem fora da mais alta Corte

pensável a inclusão no texto constitucional de critério que impeça a discriminação das juristas brasileiras com notório saber jurídico e de excelente reputação.

Não se pode aceitar que as mulheres continuem, injustificavelmente, excluídas da mais alta Corte do país - afirmou.

Ademir Andrade lembrou ainda que recentemente o Congresso Nacional instituiu, em dispositivo de lei eleitoral, critério de reserva de candidaturas tanto para o sexo masculino como para o feminino, assegurando maior participação das mulheres no Poder Legislativo.

Destacando a perfeita sinceridade da proposta com declarações e compromissos decorrentes de conferências mundiais sobre as discriminações sofridas pelas mulheres, Ademir disse não existir argumento capaz de justificar a completa ausência da mulher no Supremo.

Caso a proposta do senador Ademir Andrade venha a ser aprovada, as nomeações para as vagas no STF obedecerão a critério de alternância entre homens e mulheres, de modo que não ocorram mais de duas nomeações seguidas de pessoas do mesmo sexo.

*Presença do ministro na reunião conjunta das comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, Assuntos Sociais e Educação faz senadores elogiarem a nova lei do esporte e pedirem que ele faça mais uma visita quando da votação*

# Pelé defende seu projeto em três comissões

Em reunião conjunta das comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de Assuntos Sociais (CAS) e de Educação (CE), o ministro extraordinário dos Esportes, Edson Arantes do Nascimento, Pelé, afirmou ontem que o esforço que desenvolve em favor do projeto de lei do esporte tem o objetivo de impedir que venha a morrer "o maior produto que temos no Brasil".

O ministro acrescentou que, a cada vez que tem a oportunidade de discutir o projeto, sente-se mais feliz porque tem a certeza de que "ficam mais claras as coisas" e a convicção de que "o projeto é importante para o país".

Pelé destacou que o projeto não é só sobre futebol, mas sobre o esporte brasileiro.

Disse que deve agradecer a Deus, inicialmente, por tudo o que tem, e ao esporte, que lhe deu todas as oportunidades, como as de viajar pelo mundo, entrar em contato com diferentes filosofias de vida, aprender a ler e a escrever, conhecer vários idiomas e representar o Brasil em todo o mundo.

Ele falou sobre as discussões em torno do projeto, sobre as proporções que esse debate tomou, e que, afirmou, não eram por ele esperadas, e sobre a reação do presidente da Fifa, João Havelange:

- Por isso tivemos que nos preparar, para fazer uma coisa que durasse e fosse digna do nosso esporte - frisou o ministro. Pelé observou que o Brasil está mudando para melhor, e afirmou esperar que seus netos possam orgulhar-se de sua

participação nessa mudança.

Pelé foi conduzido à sala da CCJ, onde se realizou a reunião conjunta, pelo líder do governo no Senado, Elcio Alvares (PFL-ES), e pelas senadoras Benedita da Silva (PT-RJ) e Regina Assunção (PTB-MG). Na mesa dos trabalhos, além do ministro, estavam os presidentes da CCJ, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), da CAS, senador Ademir Andrade (PSB-PA), e da CE, senador Artur da Távola (PSDB-RJ), que também é o relator na comissão; o vice-presidente da CCJ, senador Ramez Tebet (PMDB-MS); e os relatores nas duas outras comissões - senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) e sena-



Pelé conversa com Cabral, sob os olhares atentos de Quintanilha e Tuma

dora Benedita da Silva, respectivamente.

Cabral qualificou a visita de Pelé de uma "homenagem" às três comissões, lembrou que o ministro tem feito uma longa caminhada em favor de uma legislação sobre o esporte e disse que quando os pareceres dos relatores estiverem prontos e a matéria for subme-

tida à discussão e votação Pelé dará uma grande alegria às comissões se quiser voltar ao Senado.

Em nome dos presidentes das três comissões, Bernardo Cabral registrou a honra de receber o ministro, classificando-o de "uma das maiores expressões brasileiras no exterior".

## Esperança é que a matéria passe durante a convocação

Além de defender sua lei nas comissões, Pelé visitou ontem o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, a quem solicitou agilidade na votação do projeto de lei em tramita-

proposta idealizada pelo ministro entre em pauta no plenário. Távola relatará a matéria na Comissão de Educação (CE), da qual também é presidente.

O ministro disse esperar que

da Federação Internacional de Futebol Association (Fifa), João Havelange, vem fazendo contra a aprovação desse projeto de regulamentação do esporte no Brasil.

Um dos principais pontos da Lei Pelé prevê mudanças nos "contratos de gaveta", pelos quais, conforme Artur da Távola, os jogadores de futebol passam a ser uma espécie de escravos de dirigentes que os exploram em troca de pequenos gastos com a sua manutenção e seu desempenho físico até que arranjam clube para jogar, e onde somas vultosas de dinheiro são manipuladas sem que o atleta se beneficie.

Távola disse que a proposição deverá ser aprovada pelo Senado, uma vez que "não há um Ministério dos Esportes, e sim um ministro dos Esportes, e caso Pelé não esteja à frente do projeto não haverá um órgão dando continuidade a ele".



Suplicy explica a Simon a proposta que fez a Pelé para ajudar Cuba

## Suplicy quer visita oficial a Cuba, pelo fim do embargo

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) voltou ontem a defender que o ministro dos Esportes faça uma visita oficial a Cuba e atue como uma espécie de diplomata em prol do restabelecimento de relações entre aquele país e os Estados Unidos, com a suspensão do embargo econômico americano.

Na terça-feira, segundo Suplicy, Pelé lhe "disse que concorda com a sugestão".

- O ministro, por suas qualidades excepcionais como desportista e ser humano, consegue unir todos os povos - justificou.

Suplicy ressaltou que, por

ocasião do reatamento das relações entre a China e os Estados Unidos, no governo de Richard Nixon, a aproximação inicial foi assegurada pelo esporte, no caso, o pingue-pongue. Pelé, que jogava pelo Kosmos, acompanhou o presidente norte-americano, lembrou Suplicy.

Na opinião do senador, o momento é particularmente propício a que Pelé conheça por que os cubanos se destacam mundialmente em vários esportes. A seu ver, a recente visita do papa à Ilha teria representado avanço para o reingresso de Cuba na comunidade internacional.



Pelé pediu a Antonio Carlos empenho pessoal na tramitação da sua lei

ção na Casa que institui normas gerais sobre o esporte no país.

Segundo o senador Artur da Távola (PSDB-RJ), que participou do encontro, Antonio Carlos disse acreditar que alguns pontos divergentes do projeto possam ser consensualmente resolvidos pelos senadores para que a

as três comissões aprovem o projeto no curso da próxima semana, para que na semana seguinte seja levado a votação em plenário, ainda durante o período da convocação extraordinária.

Ele afirmou à imprensa que confia no Senado e que não está preocupado com as pressões que o presidente

O presidente da comissão, senador Bernardo Cabral, decidiu prorrogar prazo de discussão por uma semana, por entender que a matéria desperta interesse geral. Parecer do relator é favorável ao substitutivo da Câmara

## CCJ começa a debater direito autoral

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) começou a discutir ontem o parecer do senador Romeu Tuma (PFL-SP) favorável a substitutivo da Câmara ao projeto de lei do Senado que altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais.

No parecer, Tuma sugere a supressão de três dispositivos do texto votado pelos deputados. Por considerar que a discussão sobre a matéria estava sendo muito proveitosa e merecia prolongar-se, o presidente da CCJ, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), definiu que o assunto continuará a ser debatido na pró-

xima quarta-feira.

O projeto foi apresentado em 1989 pelo então senador Luiz Viana Filho. Aprovado no Senado com emendas, seguiu para a Câmara, onde recebeu o substitutivo agora em apreciação na CCJ e que, segundo Tuma, deve ser acolhido, "por aperfeiçoar a proposição inicial sem desvirtuar-lhe a finalidade, que vem a ser a proteção dos direitos dos criadores intelectuais".

Os três dispositivos cuja supressão é sugerida pelo relator "contemplam muito mais os direitos do empregador do que os direitos do autor, levando-se em conta que este é que vem a ser o objeto principal da

Tuma quer mais proteção aos direitos dos intelectuais



proposição, o elemento visado para ser protegido e amparado por uma legislação mais aprimorada e, ao mesmo tempo, mais atualizada face aos novos rumos do progresso tecnológico no terreno da criação humana e suas consequências

jurídicas e patrimoniais", como afirma Tuma no parecer.

Segundo o relator, os três artigos que devem ser abolidos estabelecem como regra que os direitos patrimoniais de autor pertencerão ao empregador comitente, a este e ao pro-

ductor, em algumas hipóteses, contrariamente ao espírito norteador da proposta do substitutivo - o de que pertencem ao autor os direitos morais e patrimoniais sobre a obra que criou.

O parecer de Romeu Tuma recebeu o apoio de vários senadores, inclusive do que representava, no momento da discussão, o Bloco Oposição - o senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE). Debataram também a matéria os senadores Lúcio Alcântara (PSDB-CE), Pedro Simon (PMDB-RS), Leonel Paiva (PFL-DF), José Fogaça (PMDB-RS) e Bello Parga (PFL-MA).

## Vestibular pode ter dia alternativo

Projeto de lei apresentado pelo senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES) determina a fixação de um dia alternativo para a realização de provas de exames vestibulares e demais concursos públicos, de natureza oficial ou particular, por candidatos que alegar em motivos de crença religiosa ou convicção filosófica ou política. A matéria será examinada na CCJ a partir do dia 15 de fevereiro.

O projeto visa atender a justa reivindicação de grandes setores religiosos que, em virtude de sua fé ou convicção filosófica, se sentem impedidos de prestar concursos e vestibulares aos sábados. Exemplo desse contingente são os Adventistas do Sétimo Dia, que têm por costume guardar o descanso semanal do sábado - lembrou o senador.

## Aprovados cargos para Inmetro e Inpi

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, presidida pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), aprovou ontem parecer favorável da senadora Regina Assumpção (PTB-MG) a projeto de lei oriundo da Câmara que cria 140 cargos efetivos de nível superior das carreiras da área de Ciência e Tecnologia, sendo 80 no Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro) e 60 no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (Inpi), além de extinguir cargos vagos nesses órgãos - 160 e 65, respectivamente. O projeto agora vai à apreciação do plenário.

Em seu parecer, a senadora destaca a exposição de motivos dos ministros da Administração e da Indústria, Comércio e Turismo, segundo os quais a extinção desses cargos destina-se a compensar as despesas decorrentes da medida. Para ela, "o avanço tecnológico e a globalização da economia elevaram as atividades desempenhadas pelo Inmetro e pelo Inpi dentre as mais importantes no âmbito da política industrial do Estado



Para Regina Assumpção (E) a criação de cargos especializados é exigência do avanço tecnológico

brasileiro".

Segundo Regina, os ministros entendem que "a criação dos referidos cargos faz-se necessária, uma vez que os mencionados órgãos há muito vêm padecendo da exiguidade de mão-de-obra especializada para desempenhar as atividades de competência de suas áreas finalísticas.

Por sua vez, o senador Francelino Pereira (PFL-MG) disse que o Ministério da Ciência e Tecnologia, onde os funcionários serão lotados, recebe a medida com reservas, uma vez que entre os pesquisadores encontram-se alguns na área

de Letras, "o que não interessa àquele ministério, cuja função é a pesquisa na área das Ciências Exatas".

### CARGOS DO SUPREMO

O senador Josaphat Marinho (PFL-BA) apresentou, com emenda, parecer favorável a projeto de lei também já aprovado pela Câmara, e de iniciativa do Supremo Tribunal Federal (STF) que cria, transforma e extingue cargos e funções no quadro de pessoal daquela corte. A votação foi adiada a pedido do relator.

A emenda proposta por Josaphat restabelece artigo do

texto original, alterado pela Câmara, que facultava ao próprio STF transformar funções comissionadas, bem como alterar suas denominações, desde que disso não resulte acréscimo de despesa. A retirada desse dispositivo pela Câmara foi considerada inconstitucional pelo relator.

Os senadores José Fogaça (PMDB-RS), Jefferson Péres (PSDB-AM) e Francelino Pereira discordaram dessa posição do relator. "Entendo que a decisão da Câmara não foi inconstitucional", disse Jefferson.



José Ignácio: respeito à crença

*Na opinião do senador, é preciso criar áreas de florestas e implantar o manejo sustentado para preservar biodiversidade*

## Coutinho sugere repensar a ocupação da Amazônia



Otoniel: simbologia política

### Otoniel elogia FHC pela interinidade de Michel Temer

O senador Otoniel Machado (PMDB-GO) elogiou ontem o presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por, "a despeito do cenário de indefinições no partido", não ter titubeado em ceder seu lugar ao presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer.

Em viagem à Suíça, e com o vice-presidente Marco Maciel também viajando em missão oficial a seis países da América Central, Fernando Henrique não teria apenas cumprido um ato de rotina administrativa, mas "pretendeu, com seu gesto, fazer uma viva homenagem ao Congresso Nacional", acrescentou.

A presença de Michel Temer na Presidência da República tem uma simbologia política mais abrangente. Ela retrata o alto grau de maturidade das lideranças brasileiras e ressalta um instante fértil de consolidação dos partidos enquanto suportes maiores do edifício democrático - enfatizou.

Os atuais rumos da sociedade brasileira, segundo o senador, apontam para "posicionamentos mais claros do PMDB em relação a seu futuro político" e para a geração de uma aliança em torno da reeleição de Fernando Henrique. Otoniel considera prioritária a integração, num amplo projeto político nacional, das teses programáticas defendidas pelo PMDB: retomada dos investimentos; interiorização do desenvolvimento industrial; estabelecimento de uma clara política agrícola; recuperação da infra-estrutura do país, especialmente na área de transportes; saídas eficazes para a crise na Saúde; ampliação das atividades educacionais; e combate ao desemprego.

O senador Coutinho Jorge (PSDB-PA) disse ontem que a divulgação, pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), de dados sobre o desmatamento da floresta amazônica é um alerta para o país de que as formas de ocupação utilizadas na região pelos sucessivos governos precisam ser repensadas.

Na opinião do senador, é preciso criar áreas de florestas nacionais e combinar conservação com manejo sustentado, de modo a evitar a perda da biodiversidade e o aquecimento geral da Terra - as duas principais crises ambientais decorrentes da liquidação das florestas nativas.

Dos grandes projetos agropecuários da década de 70 aos programas de reforma agrária desenvolvidos pelo Inca na atua-



Coutinho: alerta do Inpe

lidade, o saldo médio no período de 1978 a 1988, segundo Coutinho Jorge, foi o desmatamento médio anual de 21 mil quilômetros quadrados da floresta amazônica. Para 14 mil quilômetros quadrados devastados em 94, o Inpe detectou o recorde de 20.059 quilômetros quadrados desmatados em 95, acrescentou.

Coutinho Jorge também comentou que o Inpe constatou,

em 95, uma possível mudança no perfil dos principais responsáveis pela devastação da Amazônia - ao invés das grandes áreas dos projetos agropecuários da década de 70, pequenas áreas, de até 50 hectares.

Em aparte, a senadora Marina Silva (PT-AC) afirmou que as fotografias tiradas da região pelo satélite do Inpe não permitem a conclusão de que houve mudança no perfil dos principais responsáveis pelo desmatamento. Da constatação da existência de vários pequenos focos devastados "não é possível tipificar se a área total da propriedade é pequena, média ou grande", reiterou. De qualquer forma, enfatizou, a responsabilidade deve ser atribuída aos órgãos de implementação de reforma agrária na região e não aos trabalhadores assentados.

## Marina aponta retrocesso na lei ambiental que tramita na Câmara

A senadora Marina Silva (PT-AC) conclamou ontem a Câmara dos Deputados a não votar o projeto de lei do crime ambiental com as emendas apresentadas naquela Casa. Ela acha que, se o texto for aprovado como está, a medida será irrelevante, visto que até as punições aprovadas no Senado para reprimir delitos ambientais deixarão de ser aplicadas.

Marina disse que os senadores aprovaram, por unanimidade, um instrumento que dá ao governo condições efetivas de fazer as leis ambientais valem no país. Explicou que, com a dedicação dela e do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), além de juristas renomados, organizações não-governamentais e o Ministério do Meio Ambiente, o Senado chegou a um texto que encerra uma grande contribuição para a sociedade.

- Lamentavelmente, em vez

de aperfeiçoar o texto e sanar os erros que não pudemos corrigir, a Câmara está desfigurando o projeto - afirmou a senadora, sustentando que o atual projeto está parecido com o da época do governo Collor. Pela sua análise, a iniciativa dá primazia àqueles que causam a degradação ambiental, não sobrando para as autoridades brasileiras nenhum mecanismo jurídico eficaz no combate a esses crimes.

Marina Silva pediu que o governo pare para pensar sobre o que está sendo votado na Câmara, onde os deputados podem transformar num "Frankenstein" a matéria aprovada no Senado. Ela sugeriu que aquela Casa abra um debate para evitar a aprovação dessa "deformação jurídica". Conforme a senadora, pela matéria em deliberação na Câmara, a pessoa jurídica deixa de ser responsável por danos como a destruição de flo-



Marina defende amplo debate

restas, ficando essa responsabilidade para o gerente da empresa.

Ela também apontou o fato de que os deputados estão eliminando a culpabilidade dos que infringem a lei do reflorestamento, explicando que isso consiste exatamente num estímulo para que a norma seja descumprida. Marina Silva disse desconhecer por que o governo está apressado em aprovar esse projeto. Em sua opinião, a lei vai atender sobretudo aos que promovem a devastação.

### PROGRAMAÇÃO

#### TV SENADO

7h - Entrevista com o senador José Fogaça (PMDB-RS) sobre o projeto de Lei Orgânica da Assistência Social, já aprovado no Congresso, e sobre a convenção do PMDB

8h - Debate com o senador Roberto Freire (PPS-PE) e o ministro da Previdência Reinhold Stephanes sobre a Reforma da Previdência

9h30 - Entrevista com o senador José Fogaça (PMDB-RS) sobre o projeto de Lei Orgânica da Assistência Social, já aprovado no Congresso, e sobre a convenção do PMDB

10h - Sessão plenária deliberativa (vivo)

12h - Comissão de Assuntos Econômicos - apreciação do projeto de lei que trata sobre a lavagem de dinheiro

14h30 - Sessão plenária deliberativa (representação)

18h45 - Entrevista com o senador José Fogaça (PMDB-RS) sobre o projeto de Lei Orgânica da Assistência Social, já aprovado no Congresso, e a convenção do PMDB

19h30 - Debate com o senador Roberto Freire (PPS-PE) e o ministro da Previdência Reinhold Stephanes sobre a reforma da Previdência

20h30 - Telejornal "Congresso Hoje"

20h40 - "Senado em Pauta"

21h - Sessão plenária (representação)

0h30 - Telejornal "Congresso Hoje"

0h40 - "Senado em Pauta"

1h - Debate com o senador Roberto Freire (PPS-PE) e o ministro da Previdência Reinhold Stephanes sobre a reforma da Previdência

2h - "Jornal da Amazônia"

2h15 - "Senado em Pauta"

2h30 - Sessão plenária (representação)

6h30 - Telejornal "Congresso Hoje"

6h40 - "Senado em Pauta"

#### RÁDIO SENADO

7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)

7h40 - Música e informação

9h45 - "Plenário em Revista"

10h - Sessão plenária

Em seguida - Música e informação

13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)

13h45 - Música e informação

15h - "A Voz do Brasil"

20h - Música e informação

22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)

22h45 - Música e informação

0h - Retransmissão da sessão plenária

4h - Música e informação até as 7h30

## TV Senado terá transmissão ao vivo também pela Internet

A TV Senado poderá ser vista, agora, por milhões de pessoas em todo o mundo, via Internet. É que a partir da próxima semana sua programação será transmitida, ao vivo, também através da Página da Comunicação Social do Senado naquela rede de informação mundial.

A Página da Comunicação dará acesso ao noticiário sobre a Casa, ao *Jornal do Senado*, inclusive com fotos, além das transmissões da TV e da Rádio Senado ao vivo, a partir da *home page* do Senado ([senado.gov.br](http://senado.gov.br)).

O projeto de implantação de todo o sistema de divulgação dos trabalhos da Casa na Internet é coordenado pela Secretaria de Comunicação Social com o suporte técnico do Prodasen. O sistema já está funcionando, experimentalmente, desde junho do ano passado, com a divulgação de boletins diários de informação, e a partir de dezembro com transmissões ao vivo.

Testes demonstraram que o padrão do som e imagem recebidos no exterior é de excelente qualidade, comparável aos melhores dentro dos padrões de transmissão via Internet.

Com mais essa conquista, o Senado torna-se um dos Paramentos pioneiros nesse tipo de serviço de informação à comunidade.

## Previdência em debate

O senador Roberto Freire (PPS-PE) e o ministro da Previdência Reinhold Stephanes debatem hoje, na TV Senado, como a reforma da Previdência poderá atenuar os problemas do sistema previdenciário brasileiro, cujo déficit acumulado é de R\$ 7,5 bilhões.

*Presidente do Senado elogia prudência adotada pelo deputado Michel Temer, presidente da Câmara, em torno das aposentadorias especiais*

# “Não concordamos com privilégios”, afirma ACM

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, afirmou ontem que o presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, foi “extremamente prudente” quando disse que examinará a questão sobre o retorno da reforma administrativa àquela Casa. “Nós aqui já examinamos e achamos que temos razão”, declarou o senador a respeito da decisão adotada no dia anterior pelo plenário, de considerar prejudicados os artigos da reforma administrativa que

possibilitam a aposentadoria especial dos juízes.

- A Câmara vai, com a independência que lhe é própria, examinar a questão. E aí, evidentemente, nós vamos encontrar o melhor caminho. Eu tenho certeza de que o Senado está com a moralidade e a opinião pública, porque nós não concordamos com privilégio para ninguém - acrescentou.

Quanto à declaração do líder do PFL, Inocêncio Oliveira, de que seria mais conveniente não alterar nem a refor-

ma administrativa, no Senado, nem a reforma previdenciária, na Câmara, valendo o texto votado por último, Antonio Carlos afirmou que o Senado tem o compromisso moral e o apoio da mídia de manter a decisão, tomada há quatro meses, quando rejeitou a aposentadoria especial dos juízes.

- Às vezes, estas questões morais estão acima dessas rugas regimentais. Neste caso em particular, o Regimento do Senado nos dá inteira razão - acrescentou.



## General faz visita de despedida

O chefe do Departamento Geral de Serviços do Exército, general Luiz Gonzaga Schroeder Lessa, visitou ontem pela manhã (foto) o pre-

sidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães. Schroeder disse à imprensa que o encontro foi de cortesia e também de despedida, uma vez que irá

desempenhar missão na Amazônia. Ele lembrou que já exerceu comando militar na Bahia, “onde ficou amigo de Antonio Carlos”.

## Rádio Senado comemora o 1º aniversário com boa audiência

A transmissão ao vivo dos trabalhos da Casa - discussões e votações que se realizam tanto no plenário quanto nas comissões - é a prioridade da Rádio Senado FM, que comemora hoje o seu primeiro aniversário de fundação. Mas a programação, 24 horas no ar, inclui informativos, serviço de utilidade pública, música popular brasileira e programas culturais, que têm garantido boa audiência à emissora: 0,17% em novembro, segundo o Ibope.

Com uma potência irradiada de 25 KW, o sinal da emissora pode ser sintonizado em todo o Distrito Federal e seu Entorno, composto por 42 municípios de Goiás, Minas Gerais e Bahia, abrangendo uma população de 3,5 milhões de pessoas. A Rádio Senado FM é provedora do sistema Radiosat Digital, o que significa que sua programação pode ser retransmitida por qualquer rádio que possua antena parabólica compatível com o sistema.

Os informativos da Rádio Senado FM são retransmitidos por mais de 60 emissoras em todo o país, entre elas 27 rádios da Rede Católica, a Nacional da Amazônia, a Nacional de Brasília e outras rádios que acessam o Serviço Informativo 24 Horas. Os informativos da emissora também estão disponíveis na rede mundial Internet.

Entre os programas especiais produzidos pela Rádio Senado FM, destacam-se “A Boa Música do Brasil”, apresentado pelo senador Artur da Távola (PSDB-RJ); um outro, com apresentação da escritora Margarida Patriota; “Especial do Mês”, à base de entrevistas especiais com músicos, apresentado por Marcos Coutinho; e “Século XX”, também produzido na emissora, que narra a história política brasileira; à base de entrevistas e gravações históricas, tendo como fio condutor a música popular brasileira. Este programa é apresentado pelo jornalista César Motta.